

Reforma Administrativa, face à mudança da Capital Federal

35(81).076

NOSSA estrutura administrativa se assenta muito no tipo centralizado, na excessiva dependência da ação direta do Chefe da Nação. De um modo geral, as decisões finais carecem de imediata ação de uma só pessoa, atribuindo uma responsabilidade de tal ordem que redunde em irresponsabilidade, porque, afinal, todos se eximem ante o fato de ter sido o procedimento sancionado pelo Presidente da República. Êste é um meio cômodo de o responsável transferir para outrem o que seria de seu dever.

Tal fato ocorre, por vêzes, em consequência das disposições legais ou regulamentares e noutras pela forma de encaminhar os assuntos, como também por força de circulares da própria Presidência da República.

Já agora, aproximando-se rapidamente a época da transferência da sede do Governo (21 de abril de 1960), toma o problema maior relêvo, principalmente se considerarmos os múltiplos casos habituais, em que, para simples atos de rotina, se faz mister a ação pessoal do Supremo Magistrado.

E' chegado o momento de ser ativado o estudo da reforma administrativa, racionalizando-se esta espera, disciplinando-se seus trabalhos e considerando-se que o núcleo central só deverá efetivamente participar de um número de decisões bem reduzido, e principalmente daquelas que afetem a direção geral e dêem caráter normativo. Permitir-se que continue a situação atual é concorrer-se para um fenomenal agravamento das condições reinantes. O tempo gasto em burocracia não se limita à simples tramitação de papéis, inclui o gasto no percurso das distâncias. Imagine-se o que será se tôda a habitual papelada oriunda dos diversos pontos do país, inclusive desta cidade do Rio de Janeiro, tiver de ser transmitida a Brasília, para colhêr assinaturas que, afinal, são inexpressivas em diversos casos. E' de ser notado que, ao atribuir-se

a uma pessoa o dever de subscrever centenas de papéis, de apenas decisões rotineiras em volumosos processos, não será possível exigir-se dessa autoridade o conhecimento exato daquilo que assina e nem que despenda seu tempo no estudo apurado das mais variadas matérias. Por certo essa autoridade ou se fia na confiança depositada na pessoa que lhe envia o documento ou em secretários próximos que a informam sumariamente sobre os assuntos, sendo que estes mesmos ficam assoberbados e dão vazão ao expediente segundo um critério de confiança ou mesmo político.

Assim, a reforma administrativa terá forçosamente, em vista a evolução por que vem passando o país, as necessidades reais de dinamização administrativa e os males da burocracia tremendamente aumentada, também em tempo, se não forem estabelecidas normas diferentes das atuais quando a Capital estiver interiorizada.

Não deverá essa reforma ser retardada, à espera de mudança da capital para, em face do inevitável, ser analisada atabalhoadamente, quando sabemos que ela deverá ser experimentada antes e melhorada em face do que fôr verificado em sua prática.

É uma necessidade imperiosa a fixação de competência de dirigentes, a atribuição da autoridade e da responsabilidade, a par da determinação legal do término de certas práticas na repartição, evitando-se o recurso habitual do Chefe para descartar-se e a tal ponto, que tudo venha a recair na responsabilidade do Presidente da República.

A atual organização administrativa, que vem sendo modernizada a partir de 1937, já não corresponde às atuais necessidades, principalmente pela rápida evolução por que o Brasil vem passando. Hoje podemos fazer comparação e verificações de alterações de vulto de um ano para outro, o que correspondia, no passado, a períodos de décadas.

Não há como negar a rapidez com que se processam hoje os fenômenos sócio-econômicos e os políticos, assim como as mutações violentas, oferecendo o país um panorama diferente a cada ano que se passa. A única conclusão lógica, pois, é a de que a atual estrutura administrativa, como suas normas de funcionamento não só devem ser modernizadas, como terão de ser planejadas para um tipo diferente, mais plástico, que permita acompanhar o ritmo de crescimento que se opera neste período dinâmico de nossa existência.